

José Manuel Sobral  
Paulo Silveira e Sousa  
Paula Castro  
Maria Luísa Lima

## Capítulo 15

# **A Igreja e a pneumónica: auto-retrato e interpretações do flagelo**

## **A Igreja e o regime republicano**

### **O confronto**

A instauração do regime republicano em Portugal inaugura um período de confronto violento com a Igreja. Após algum conflito na fase inicial de implantação do liberalismo em 1834, devido nomeadamente ao apoio de grande parte do clero ao absolutismo monárquico e à extinção, com expropriação dos bens, das ordens religiosas, a Igreja havia readquirido progressivamente um papel central na sociedade portuguesa, em estreita colaboração com a acção do Estado, que, aliás, controlava a nomeação de bispos – que tinham acesso à Câmara dos Pares – e párocos. Além da sua missão propriamente religiosa, tinha a seu cargo a regulação de grande parte da vida social, pois actos como o nascimento – através do baptismo – ou o casamento eram registados por eclesiásticos, mantendo o carácter de sacramentos que a Igreja lhes havia secularmente conferido. Só havia casamento civil para os não católicos e não havia divórcio, nem mesmo para os casados civilmente. A morte inseria-se ainda na esfera de intervenção da Igreja, que proporcionava os ritos apropriados e registava os óbitos; só se podiam realizar enterros não religiosos com expressa declaração do falecido, com assinatura reconhecida notarialmente. Embora ninguém fosse perseguido por não ser católico, o catolicismo acabava por ser a religião oficial do Estado: cometia crime quem celebrasse manifestações públicas religiosas que não as católicas, muita da legislação básica do país era impregnada pelo catolicismo – a começar

pela Carta Constitucional – e tinham de jurar fidelidade ao catolicismo o herdeiro do trono, os deputados, os pares, os conselheiros de Estado, os estudantes universitários, etc. A religiosidade impregnava múltiplas esferas da vida social, das tidas como mais íntimas, que relevavam da esfera familiar e pessoal, às mais públicas, as que se prendiam com a continuidade do próprio Estado.

Durante a segunda metade do século XIX, apesar da influência do laicismo (Catroga 1988), ligado ao movimento de secularização<sup>1</sup> que caracterizou este século, a Igreja manteve posições de grande relevo em esferas como o ensino e a saúde e assistência. As Misericórdias – instituições que, embora dirigidas por leigos, existiam sob invocação religiosa, possuíam templos e capelães e promoviam actividades de culto – desempenhavam um papel insubstituível, nomeadamente fora de Lisboa e do Porto (Oliveira Marques 1991b, 485). Entretanto, a pouco e pouco, à medida que se aproximava o final de Oitocentos, algumas ordens religiosas, incluindo os Jesuítas, expulsos no século XVIII, foram regressando ao país, ocupando-se nomeadamente em áreas relacionadas com a educação, a assistência e a evangelização (Oliveira Marques 1991b, 484).

Os republicanos, herdeiros de um discurso de matriz iluminista, reforçado pelo positivismo e pelo cientismo oitocentistas influentes nas suas fileiras, viam na religião uma crença errónea, um obstáculo ao progresso humano, e na instituição eclesiástica católica – que proclamara com Pio IX a sua hostilidade ao liberalismo e à democracia e de um modo geral ao que se convencionou chamar modernidade – um aliado desse outro obstáculo, a Monarquia. A influência da Maçonaria, que acolhia e propagava esse discurso, era enorme no seio dos republicanos (Oliveira Marques 1978, 644-648). Organizações como a Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, fundada em 1895, com o objectivo de retirar à Igreja as funções de registo dos nascimentos, casamentos e óbitos, era uma instituição de combate à sua influência e à religiosidade católica, como o foram organizações como os Congressos do Livre-Pensamento (Oliveira Marques 1991b, 492-493). Os crimes «contra a religião do Estado» – estribados nomeadamente nos postulados da ciência da época, que negariam a veracidade da crença religiosa –, estavam em aumento em vésperas da República (Catroga 1988, 239-240). Esta actividade dos meios ligados à República coincide com uma forte militância católica, onde se destacavam novas formas devocionais – o Sagrado Coração, o

---

<sup>1</sup> Definindo secularização como a tendência crescente da humanidade para viver sem religião ou para o tentar fazer (Chadwick 1993 [1975], 17).

Santíssimo Sacramento, o culto mariano, entre outros (Oliveira Marques 1991b, 490-491) – e um reafirmar da autoridade da Igreja e da supremacia da religião enquanto cosmovisão e moral. Não podia deixar de haver choque, pois «[...] o projecto laicista propôs-se, de um modo organizado, transformar não só as instituições culturais, mas também a consciência colectiva, o que passava pela descristianização das ideias e dos comportamentos...» (Catroga 1988, 273).

É neste contexto que adquirem o seu sentido – o de um combate previamente anunciado – as medidas de combate ao poder da Igreja pelo novo regime. As ordens religiosas foram extintas três dias depois da proclamação da República. Bens da Igreja foram arrolados e vendidos ou apropriados pelo Estado. Foi extinto o ensino religioso nas escolas, abolidos os juramentos de carácter religioso, bem como os feriados religiosos (Rodrigues 1990, 274). Extinguiu-se a obrigatoriedade do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e tomaram-se medidas para acabar a curto prazo com a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (Oliveira Marques, 1991b, 495). Instituiu-se o registo civil obrigatório em Fevereiro de 1911, retirando essa importante esfera da vida social das mãos da Igreja e transferindo-a para o Estado (d'Alcochete 1990, 259). O principal instrumento da acção governativa foi a Lei da Separação do Estado das Igrejas (20 de Abril de 1911), que decretou o fim do estatuto da religião católica como religião oficial do Estado, instaurou a liberdade de culto e reforçou a tutela do Estado sobre a instituição eclesiástica (Rodrigues 1990, 274). Conduziu, por isso, à ruptura de relações com a Santa Sé e teve um importante papel na mobilização católica contra o novo regime.

As novas medidas terão produzido uma forte fractura no país, pois o anticlericalismo era sobretudo forte nos maiores centros urbanos e em geral no Sul e a Igreja e as suas redes nos menores e no Norte (Oliveira Marques 1991b, 483-505).

## **Estado e Igreja no tempo da pneumónica**

A intervenção portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918 leva a uma aproximação entre Estado e Igreja. O Governo da União Sagrada, que promove a participação no conflito, autoriza em Maio de 1916 a existência de capelães militares no exército (Ferreira 1990b, 535), o que constitui um reconhecimento da importância da religiosidade católica num país predominantemente rural. Além disso, a conjuntura da guerra, marcada pela escassez e carestia de géneros alimentícios, por experiências de

fome, por um ambiente generalizado de apreensão ligado à mobilização de jovens para as frentes africanas e para a Flandres, e à conflituosidade interna e externa – esta última expressa de modo espectacular no triunfo da revolução na Rússia –, está associada a um revivalismo religioso detectável na recepção feita às revelações por jovens camponeses habitantes de uma região pobre (Fátima), de que a Virgem lhes teria aparecido. Embora a Igreja não tenha dado de início uma grande relevância a este acontecimento, ele constitui um sintoma da persistência de um sistema cultural cristão (católico), cujos postulados continuavam vivos em grande parte do mundo rural – e não só – mau grado a difusão de discursos racionalistas críticos da religião, que precederam em muito as medidas tomadas pelo regime republicano.<sup>2</sup>

Ao derrubarem o Governo da União Sagrada, cuja principal figura era então Afonso Costa, o autor da legislação sobre a separação entre a Igreja e o Estado, Sidónio Pais e os seus apoiantes obtiveram o apoio do campo oposto, representado por republicanos desavindos com os partidos do bloco que promovera a guerra, e sobretudo pelos que se consideravam excluídos e afrontados pelo regime republicano: os católicos e os monárquicos, estes últimos identificando-se também com a causa da Igreja. As relações diplomáticas com a Santa Sé são restabelecidas e católicos e monárquicos encontrar-se-ão entre os pilares do efémero regime sidonista (Ferreira 1990b, 535-536).

A irrupção da pandemia encontra a Igreja e as autoridades governamentais congraçadas em Portugal, o que não sucedia desde o início do regime republicano, e este contexto específico é tido em conta no exame das suas atitudes face à gripe pneumónica. Neste texto começaremos por abordar o modo como a Igreja apresenta a sua intervenção, fazendo alusão ao esforço desenvolvido pelo clero e pelos leigos católicos no combate à pneumónica através das suas redes organizativas. Depois, iremos concentrar a nossa abordagem no discurso de alguns dos principais actores eclesíásticos, pois através do seu exame poderemos fazer luz sobre os modos de interpretar e lidar com o fenómeno que a Igreja então difundiu.

---

<sup>2</sup> Ao falar em «sistema cultural cristão» estou a reportar-me à conhecida definição da «religião como sistema cultural» de Clifford Geertz, para quem a religião é «(1) um sistema de símbolos que actua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de factualidade que (4) as disposições e motivações parecem singularmente realistas» (Geertz, 1978 [1973]: 104-105). Parece-nos que ela capta, de um modo abrangente, o que o catolicismo representaria para um grande número de portugueses.

## Um auto-retrato: a descrição da acção da Igreja e da sua rede de organizações em fontes eclesiais

A 5 de Novembro de 1918 é publicada uma provisão do cardeal patriarca D. António I, com data de 25 de Outubro, acerca da epidemia.<sup>3</sup>

Nela, o cardeal congratula-se em primeiro lugar com a acção do chefe de Estado, «que tanto zelo e infatigável actividade tem desenvolvido no louvável intuito de se acudir ao nosso paiz, actualmente ferido por uma cruelissima calamidade»,<sup>4</sup> ao instituir em Lisboa uma Comissão Central destinada a angariar os meios indispensáveis para socorrer as vítimas da epidemia, «que vem flagelando a nossa querida Pátria».<sup>5</sup>

Define como «importante, sympathico e valiosíssimo o fim» desta instituição, pois a sua acção será exercida não só sobre os doentes que «nas suas pobres e desconfortadas moradas, ou nos hospitaes, se contorcem no leito da dor, mas também sobre os orphãos e viuvas que, pela perda irreparavel dos que a morte fez tombar na sepultura, e que eram o seu apoio e único amparo, ficam luctando com a miséria, com a fome e com todo o género de infortunios».<sup>6</sup>

Nesta provisão reitera os apelos, que já fizera a 8 de Outubro, à realização e participação em preces públicas e procissões de penitência para pedir a misericórdia divina, e ao exercício da caridade, à participação em comissões de beneficência das paróquias, a redobrar o esforço de solicitude nos actos de fé e piedade, etc...<sup>7</sup> Chama a atenção para a pobreza dos párocos e para a dificuldade destes em contribuírem no plano do auxílio económico, mas logo acrescenta que podem cumprir o seu papel de uma outra forma: exortando os paroquianos para que estes se «alistem na cruzada do bem». Os párocos, com as suas instâncias e doutrinações, tanto no templo como fora dele, podem convencer os fiéis da total ne-

---

<sup>3</sup> «Provisão», António Cardeal Patriarca, *Vida Católica*, ano IV, n.º 77, 5 de Novembro de 1918, 129-133. Era então director o Dr. Ribeiro Coelho; secretário da redacção o Dr. Pereira dos Reis e redactor-editor o P. E. Coelho Ferreira.

<sup>4</sup> «Provisão», António Cardeal Patriarca, *Vida Católica*, ano IV, n.º 77, 5 de Novembro de 1918, 129.

<sup>5</sup> «Provisão», António Cardeal Patriarca, *Vida Católica*, ano IV, n.º 77, 5 de Novembro de 1918, 129.

<sup>6</sup> «Provisão», António Cardeal Patriarca, *Vida Católica*, ano IV, n.º 77, 5 de Novembro de 1918, 129.

<sup>7</sup> «Provisão», António Cardeal Patriarca, *Vida Católica*, ano IV, n.º 77, 5 de Novembro de 1918, 130-131.

cessidade de seguirem cuidadosamente os meios que a «sciencia inculca, a hygiene aconselha e a auctoridade competente recomenda [...]».<sup>8</sup>

Sendo conferida uma importância crucial no combate ao flagelo à prática da caridade, é com satisfação que, a 20 de Dezembro, a *Vida Católica* sublinha o papel atribuído pelo poder político a uma das organizações vinculadas à comunidade de S. Vicente de Paulo, a Associação das Senhoras de Caridade. De acordo com o artigo em causa, esta associação teria tido, de certa forma, a sua consagração pública ao ser escolhida pelo Presidente da República, e pela Grande Comissão de Socorros às vítimas da epidemia, para visitar as famílias atingidas pelo flagelo e para a organização e distribuição de auxílios.<sup>9</sup> No momento do «flagello medonho, que ceifou tantas vidas e causou tantos males» foi criada em Lisboa uma comissão que recolheu extensos donativos para responder às graves circunstâncias e, diz o autor desta notícia, a Associação das Senhoras de Caridade foi vista como a melhor estrutura para a distribuição desses mesmos donativos.<sup>10</sup> A ocasião é também aproveitada para questionar o modelo laico da dádiva benéfica descrita como filantropia, assente no reconhecimento de deveres para com a humanidade e, portanto, cara aos ideais republicanos da igualdade e da fraternidade, e para exaltar o modelo cristão da caridade, instituído nos textos sagrados: «Falla-se por ahi tanto de philantropia, de altruísmo, mas, pelo que se está vendo, o que continua em maior apreço, mesmo aos olhos d'aquelles que não se podem dizer servos devotos de Jesus Christo, é a caridade propriamente dita, quer dizer, a caridade cristhã, a caridade do Evangelho, a caridade que fez grande S. Vicente de Paulo!»<sup>11</sup>

Refere-se no artigo que «durante a epidemia o que mais impressionava não era tanto a doença como a miséria formidável e inaudita que vinha á suppuração n'esses dias».<sup>12</sup> Mas, acrescenta, os socorros foram abundantes e como sempre a caridade portuguesa não falhou.

Cerca de um ano depois, a 1 de Outubro de 1919, o arcebispo de Mytilene, analisando o relatório do ano económico de 1917-1918 da Associação das Senhoras de Caridade, sublinha a sua meritória acção em resposta à convocação para assistência aos atingidos pela epidemia por parte

---

<sup>8</sup> «Provisão», António Cardeal Patriarca, *Vida Católica*, ano IV, n.º 77, 5 de Novembro de 1918, 131.

<sup>9</sup> «As senhoras de caridade», *Vida Católica*, ano IV, n.º 80, 20 de Dezembro de 1918, 236.

<sup>10</sup> «As senhoras de caridade», *Vida Católica*, ano IV, n.º 80, 20 de Dezembro de 1918, 236.

<sup>11</sup> «As senhoras de caridade», *Vida Católica*, ano IV, n.º 80, 20 de Dezembro de 1918, 236-237.

<sup>12</sup> «As senhoras de caridade», *Vida Católica*, ano IV, n.º 80, 20 de Dezembro de 1918, 237.

do presidente Sidónio Pais que «emocionado por uma catastrophe tão espantosa fez os possíveis para acudir às terríveis necessidades d'essa epocha». <sup>13</sup> A dado momento do dito relatório, citado pelo eclesiástico, refere-se que tudo indicava que nenhum dos que haviam ficado doentes ficara sem cama e roupas e até sem a «posse de muitos objectos que tinham empenhado» – este último elemento um indicador da situação aflitiva extrema que afectaria muitos doentes. Assim, e considerando que no mesmo relatório se afirma que em Lisboa morriam mais de cem pessoas por dia, a maioria pobres, que se formavam bichas às portas dos cemitérios, que era impossível sepultar um tal número de mortos, diz o bispo, estava-se de facto perante o que se designa como um «milagre da caridade». <sup>14</sup>

A 20 de Maio de 1919 é elogiado na mesma publicação o trabalho da Conferência de S. Vicente de Paulo, em Setúbal, constituída pouco tempo antes do deflagrar da pandemia, em 10 de Fevereiro de 1918, o que é bem esclarecedor da existência de um clima favorável ao associativismo religioso durante o regime de Sidónio Pais. <sup>15</sup> Aí se assinala o carácter devastador de diferentes epidemias que assaltaram todo o país nesse mesmo ano. Ora, no quadro da comissão de assistência aos epidemiados (promovida pela Câmara Municipal) foi confiada à conferência de S. Vicente de Paulo a visita aos doentes da freguesia de S. Sebastião de Setúbal. Com poucos membros activos – entre uns 14 e uns 23 – teriam tratado umas 303 pessoas. Além disso, haviam subsidiado despesas relativas à compra de alimentos, roupas, lactação, pagamento de rendas de casa e de funerais, etc. <sup>16</sup>

O arcebispo de Mytilene estende o seu elogio ao clero e acrescenta: «O que é pena é que, passado algum tempo, tudo se esqueça e não fique nada escripto para lição dos homens e correcção d'aquelles que para o clero só teem palavras injuriosas». <sup>17</sup> Na *Vida Católica*, afirma, podiam ter ficado várias páginas a esse respeito, mas «o clero entendeu, e por um

---

<sup>13</sup> «Associação das Senhoras de Caridade», *Vida Católica*, ano v, n.º 97, 14 de Outubro de 1919, 27-29.

<sup>14</sup> «Associação das Senhoras de Caridade», *Vida Católica*, ano v, n.º 97, 14 de Outubro de 1919, 27.

<sup>15</sup> «Conferencia de S. Vicente de Paulo em Setúbal», *Vida Católica*, ano v, n.º 90, 20 de Maio de 1919, 563.

<sup>16</sup> «Conferencia de S. Vicente de Paulo em Setúbal», *Vida Católica*, ano v, n.º 90, 20 de Maio de 1919, 565.

<sup>17</sup> «Associação das Senhoras de Caridade», *Vida Católica*, ano v, n.º 97, 14 de Outubro de 1919, 28.

lado muito bem, que estas coisas só devem ficar escriptas no coração de Deus». <sup>18</sup>

O importante órgão dos católicos da zona de Leiria – área em que haviam tido lugar no ano anterior as aparições da Virgem – revela-nos mais dados de relevo sobre a intervenção da Igreja face à pandemia e sobre as suas posições na conjuntura política. A primeira notícia que encontramos é de 4 de Julho de 1918. A propósito de haver centenas de pessoas atacadas pela «febre hespanhola» em Leiria e no seu concelho, aproveita para reproduzir o estereótipo nacional antiespanhol: «De Espanha nunca vem cousa boa». <sup>19</sup> As notícias multiplicam-se a partir do início de Outubro de 1918, reflectindo o momento mais crítico do segundo surto da pandemia. A 4 de Outubro várias notícias dão conta da «febre Hespanhola» que estaria a fazer milhares de vítimas no concelho de Leiria. Acautela os leitores ironicamente contra a ingestão de álcool como remédio para a epidemia, ao menos se ela se processa a título preventivo. Mais seriamente descrevem-se os vários sintomas da doença de acordo com um médico local, e propõem-se diversas medidas centradas na alimentação e no recurso a distintos tipos de remédios, bem como na desinfecção das vias respiratórias. Alude-se também à situação política, acusando-se os «democráticos» – o partido liderado pelo autor da Lei da Separação, Afonso Costa, afastado do poder por Sidónio Pais – de conspirarem em Lamego para matar os «talassas» – os adeptos da Monarquia – e incendiar igrejas nessa cidade. <sup>20</sup> Uma semana depois encontramos os mesmos tópicos no jornal. Há uma notícia desenvolvida sobre a pandemia, em que se afirma que ela contagiou milhares de pessoas na região, «mas com carácter relativamente benigno». Difunde-se o rumor popular de que teria origem nos gases usados na guerra cujos efeitos os soldados regressados da frente teriam propagado em Portugal. Alerta-se para os sintomas, medidas profilácticas e remédios a tomar, e refere-se ter partido

---

<sup>18</sup> «Associação das Senhoras de Caridade», *Vida Católica*, ano v, n.º 97, 14 de Outubro de 1919, 28.

<sup>19</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, n.º 194, 4 de Julho de 1918, 3. Foi comum atribuir a estrangeiros – aparentemente em relação aos quais há algum tipo de confronto de tipo nacional, protonacional ou étnico, a origem de doenças, conferindo-lhes o papel de bodes expiatórios, como parece aqui ocorrer com a Espanha, o país mais envolvido historicamente em conflito com Portugal; no século xv, quando a sífilis se espalhou no mundo, ela foi também identificada em Portugal como o mal castelhano, e no Japão como o mal português, por exemplo. Em outras epidemias posteriores ocorreram identificações deste tipo (Werner, Werner e Goetschel 1999, 91-92)

<sup>20</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, n.º 207, 4 de Outubro de 1918.



o governador civil para Lisboa para obter gasolina e açúcar destinados ao combate à epidemia.

Surgem referências directas ao regime republicano em notícias sobre duas importantes peregrinações no Norte e no Centro do país, muito concorridas e que renderam grandes donativos, o que desmentiria «o profeta Afonso Costa», que teria previsto o fim próximo da religião em Portugal. Quanto ao regime, afirma-se rotundamente: «[...] a balbúrdia que por ahí vai, que só terá fim quando a República portuguesa exalar o último suspiro». Uma opinião tão frontal revela o sentimento de segurança que invade o campo católico – e monárquico – durante a presidência de Sidónio Pais.<sup>21</sup>

No fim do mês começam a intensificar-se as notícias sobre a pandemia. A 25 de Outubro, o semanário publica uma nota do vigário capitular da diocese, na qual, depois de se invocar uma causalidade religiosa para o flagelo – é um castigo divino pelos actos humanos –, se determinam respostas religiosas assentes na oração e na súplica. Recomenda-se ao mesmo tempo que os párocos tenham um papel interveniente na divulgação das práticas de combate à doença, como as relativas à higiene das habitações e à higiene pessoal e ao recurso à assistência médica e hospitalar. Há referências à incidência da epidemia, nomeadamente entre eclesiásticos, e à realização de procissões de penitência para pedir a intervenção divina para fazer cessar o flagelo.<sup>22</sup> Nas semanas seguintes do mês de Novembro repetem-se as alusões à incidência da pandemia. A 8 desse mês refere-se a constituição, por iniciativa do Estado, na pessoa do governador civil, de uma Comissão de Assistência às Vítimas da Epidemia constituída por notáveis locais, entre os quais um padre. Multiplicam-se as menções à doença, às medidas tomadas para a combater, incluindo as de carácter religioso – missas e procissões – promovidas pela Igreja.<sup>23</sup> A 16 de Novembro o jornal congratula-se, em tom triunfalista, numa notícia intitulada «Viva Leiria!», pela imponência de uma procissão com milhares de pessoas, que demonstraria «cabalmente que Leiria é uma cidade religiosa, por crença, por sentimento, por convicção». Para além desta reivindicação, há uma descrição dos padroeiros a que se recorre, das orações e invocações e, sobretudo, da rede social estruturada em torno da Igreja, manifesta no desfile através da presença de várias confrarias religiosas, das

---

<sup>21</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, n.º 208, 11 de Outubro de 1918.

<sup>22</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 25 de Outubro de 1918.

<sup>23</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 8 de Novembro de 1918.

crianças da catequese vestidas de branco, das «senhoras» da Liga da Acção Social Cristã, vestidas de negro com o terço na mão. Há satisfação perante tal manifestação de poder, que se procura inscrever na continuidade histórica com manifestações similares de fé cristã realizadas no passado a propósito da peste e do terramoto de Novembro de 1755. A notícia reveste-se de algum espírito conciliatório, pois sugere-se que ateus e livres-pensadores poderiam fazer as suas próprias manifestações, como as dos católicos, e que tal constituiria um sinal de aceitação da liberdade. Note-se que este pendor mais liberal pode estar ligado à conjuntura. Com efeito, na mesma página, uma notícia intitulada «A Paz», onde houve cortes da censura, refere manifestações a favor da paz em Lisboa e em outros locais – o Armistício que pôs fim oficialmente à Grande Guerra fora assinado a 11 de Novembro. Em Leiria a classe operária teria desfilado pelas ruas vitoriando os aliados e as fachadas dos prédios do Clube e do Centro Democrático – adversários da Igreja –, bem como algumas casas particulares, teriam estado iluminadas.<sup>24</sup> Parece haver a percepção de que é necessário dar mostras de moderação, pois os ventos correrão agora de feição aos que promoveram a participação de Portugal na guerra ao lado dos aliados, e que Sidónio Pais alijara do poder.

As notícias continuarão a referir-se a celebrações religiosas relacionados com a pneumónica, à acção da Comissão de Socorros e a emitir algum comentário político, até que em finais de Novembro se assinala estar a diminuir o número de mortes.<sup>25</sup> Em Dezembro as notícias dos óbitos estão a rarear, embora continue a ser dado um grande relevo às procissões e missas que constituem a resposta especificamente religiosa à epidemia.

Em resumo, e a partir de um conjunto de fontes restrito, mas que abrange a principal publicação que lhe estava vinculada – a *Vida Católica* – pode dizer-se que a Igreja reivindica para a instituição eclesiástica e para a rede de organizações que comanda um papel relevante no combate à pandemia, exercido em vários planos. No da assistência directa aos doentes, intervindo no seu tratamento e ajudando-os, bem como aos seus familiares e aos órfãos, a suportar encargos com despesas fundamentais como as da habitação, da alimentação, do vestuário, do tratamento ou dos funerais. Para além disso, a Igreja providenciaria os meios propriamente religiosos para lidar como o flagelo, como a oração e outros actos apropriados de culto. A circunstância serve ainda para celebrar valores

---

<sup>24</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 16 de Novembro de 1918.

<sup>25</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 22 de Novembro de 1918.

associados ao cristianismo – a caridade – e para algumas observações que têm como referente experiências recentes vividas pela Igreja católica em Portugal. É a esta luz que se devem interpretar as referências às injúrias de que o clero seria objecto, ou ao silenciamento da sua acção no combate à epidemia, e mesmo os ataques a figuras e facções republicanas identificadas com a acção anticlerical, quando não ao próprio regime republicano, bem como as que se reportam à colaboração existente entre a Igreja e o Estado no tempo da epidemia. Ou, melhor dizendo, dadas as características personalizadas das alusões, ao Presidente da República – já morto quando alguns destes elogios foram publicados – que permitira à Igreja recuperar uma influência desaparecida depois do 5 de Outubro. Mais do que isso, a Igreja exhibe publicamente o seu poder, quer como auxiliar do Estado no combate à doença, quer como intérprete do sentido desta (nos termos da sua própria visão do mundo), quer ainda como organização social.

## **Duas maneiras de interpretar a epidemia: como doença, da esfera do saber médico, e como doença, castigo de Deus, da esfera da religiosidade**

A 14 de Fevereiro de 1918,<sup>26</sup> quando a pandemia que viria a ser conhecida em Portugal como pneumónica ainda não se manifestara, o bispo do Porto envia uma circular aos eclesiásticos da sua diocese, alertando para a difusão do tifo, uma das principais epidemias que então afectava a população portuguesa. Nela referia como causa primária da epidemia a falta de higiene, apelando à colaboração com as entidades sanitárias locais para pôr termo a tais circunstâncias. Nesse sentido, determina a leitura da sua circular durante o sermão dominical e, durante o tempo considerado necessário, a das «Instrucções para o Povo», formuladas pelas autoridades sanitárias, acrescentando-se as instruções especiais relativas à desinfecção das igrejas e objectos associados ao culto.<sup>27</sup> Voltaria a tratar destas questões numa nova circular em Abril, na qual apela a que todos os que têm responsabilidade pela higiene dos lugares de culto cumpram as instruções definidas, e se empenhem de forma a demonstrar que, em termos de sa-

---

<sup>26</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 13, de 15 de Fevereiro de 1918, 258.

<sup>27</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 13, de 15 de Fevereiro de 1918, 258.

lubridade, os templos são menos perigosos que outros lugares de reunião. Exortava o clero a demonstrar que «pela palavra e pelo exemplo, está sempre na vanguarda de todas as propagandas salutares, das quaes deve resultar a saúde, a tranquilidade e a força duma cidade que quer trabalhar e progredir. Do esforço de todos sahirá o triumpho sobre a epidemia; do nosso amor ao Porto, hoje sem resistência alguma contra o morbo, surgirá a cidade futura, mais bela e mais salubre.»<sup>28</sup>

Nas «Instrucções para o Povo» apresentam-se as características da doença, frisando sobretudo o seu grau de contágio, facto que leva a sugerir que os doentes sejam observados por um médico aquando dos primeiros sintomas e se dirijam aos hospitais para aí receberem tratamento, terem acesso a boas condições de higiene e a uma dieta adequada. Afirma-se ser possível a cura em casa, desde que sugerida por um médico. Dado o tifo ser transmitido principalmente por piolhos, aconselha-se os seguintes cuidados de higiene: limpeza do corpo e roupa, tanto de casa como de vestir. No primeiro caso propunha-se uma lavagem diária com água quente e sabão, dando especial atenção à lavagem da cabeça, sendo também aconselhável o corte rente do cabelo e a lavagem com preparados simples de carácter doméstico (azeite e petróleo em partes iguais; azeite terebentinado, etc.). Já a roupa branca devia ser mudada frequentemente, lavada com água e sabão e passada por ferro bem quente de forma a completar a sua desinfecção. Por fim, o tratamento da roupa do corpo compreendia a sua escovagem, por dentro e por fora, ao ar livre e a sua exposição demorada,<sup>29</sup> podendo também recorrer a certos pós «insectífugos». Por fim, impunha-se promover a higiene das casas através da limpeza dos soalhos e dos móveis.<sup>30</sup>

À circular do bispo do Porto associava-se, como foi referido, um conjunto de instruções específicas quanto ao estado dos templos e suas dependências, de forma a evitar que se tornassem lugar de transmissão da doença. Os pontos principais diziam respeito à prática de um rigoroso asseio e limpeza que implicavam: a lavagem do pavimento com água e sabão; a sua desinfecção diária ou antes de grandes ajuntamentos (com água e cal ou creolina); a aspersão depois dos mesmos ajuntamentos; a limpeza dos confessionários e secagem das pias de água benta até à total extinção da doença. Estes cuidados estendiam-se às restantes dependências das igrejas.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 18, de 1 de Maio de 1918, 348.

<sup>29</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 13, de 15 de Fevereiro de 1918, 259.

<sup>30</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 13, de 15 de Fevereiro de 1918, 260.

<sup>31</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 13, de 15 de Fevereiro de 1918, 260.

A 8 de Abril do mesmo ano de 1918, aquele bispo enviava uma nova circular aos párocos e capelães das igrejas e capelas da cidade do Porto congratulando-se, antes de mais, com o «cuidado e zelo» com que tinham sido acatadas as suas recomendações, como assim devia acontecer com tudo o que «respeita à saúde e vida de uma cidade tão populosa, como a do Porto». <sup>32</sup> Porém, assinala o facto de algumas igrejas e capelas não se encontrarem em condições, apresentando a carência de meios como um dos principais factores de tal situação, que constituía «um perigo para a saúde publica, um desprimôr para a Religião e um desprezo pela hygiene que sempre deve, com esmero, ser cuidada, mas dum modo especial, em tempo de epidemias como agora». <sup>33</sup> Para obviar à situação da falta de recursos que levava igrejas e capelas a não seguir as instruções necessárias, sugere que as mesmas recorram ao bispo e à diocese, requisitando os desinfectantes que a «sciencia prescreve e recomenda». <sup>34</sup>

Chama também a atenção para o facto de o descuido a este nível estar a dar origem a uma propaganda «que se não é intencional, pelo menos tem essas aparências», para que os fiéis não entrassem nas igrejas, deixando de cumprir os seus deveres religiosos, por medo de contraírem o tifo, «como se os templos, onde deve existir o mais rigoroso asseio, por serem casas destinadas a prestar culto a Deus, fossem logares suspeitos favoráveis à cultura e desenvolvimento de epidemias.» <sup>35</sup> Adverte: «Querem que o perigo esteja todo nos logares onde a Deus vae pedir-se que afaste o flagello, haurir coragem e serenidade para dominar o perigo e cumprir deveres essenciaes á vida christã.» <sup>36</sup>

Assim, apela de novo a que todos os que têm responsabilidade pela hygiene dos lugares de culto cumpram as instruções definidas, e se empenhem de forma a demonstrar que em termos de salubridade os templos são menos perigosos que outros lugares de reunião.

É diferente o conteúdo do discurso que aparece no início de Outubro de 1918 na mesma publicação, da responsabilidade do vigário capitular da diocese do Porto, o deão Theophilo Seabra. <sup>37</sup> O inimigo é agora a pneumónica, chamando-se a atenção para a forma intensa como a epidemia se desenvolvera tanto na diocese, como em todo o país e no estrangeiro. Ao contrário da circular do bispo – que se reportava ao tifo,

---

<sup>32</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 18, de 1 de Maio de 1918, 348.

<sup>33</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 18, de 1 de Maio de 1918, 348.

<sup>34</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 18, de 1 de Maio de 1918, 348.

<sup>35</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 18, de 1 de Maio de 1918, 349.

<sup>36</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano IV, n.º 18, de 1 de Maio de 1918, 348.

<sup>37</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano V, n.º 4, de 1 de Outubro de 1918, 70-71.

como assinalámos – que apontava para a junção de esforços entre a Igreja e outras instituições no combate à doença, difundindo os procedimentos sancionados pelas autoridades médicas e sanitárias, o deão aponta para uma divisão de tarefas entre os agentes da ciência e os da instituição eclesiástica: «Que os homens da sciencia a estudem nas suas differentes phases; que elles procurem prevenil-a ou combatel-a; que o Governo pelas auctoridades sanitárias se empenhe em debelá-la, tudo isso é muito louvável e necessário. Nós, porem, devemos vel-a dum ponto de vista mais elevado e a um outro prisma, e combatel-a d’outro modo.»

O outro «prisma» ou «ponto de vista mais elevado» consiste numa interpretação religiosa da epidemia, em que a divindade é apresentada como onipotente e a doença como fruto das ofensas que lhe são feitas. Interroga-se retoricamente: «E se Deus é o Senhor da vida e da morte, não será a Elle que devemos recorrer em tão aflitiva conjuntura?» Lembra ao bispo «a necessidade de convidar-mos o povo a converter-se seriamente para deus, a lançar-se nos braços de Nosso Senhor Jesus Christo, a recorrer á bemdita Mãe de misericórdia, e, enfim, a desagrarar o céu pelos ultrages que de continuo se lhe fazem dando-se a obras de mortificação e de penitência». Conclui: «É esta a therapeutica efficaz a que devemos recorrer.»<sup>38</sup>

Depois de se exortar o povo à conversão, deve-se convidá-lo à «arma da oração», à penitência e expiação, cujo fervor é responsabilidade de cada um. Assim, apela ao culto colectivo, determinando que em todas as igrejas paroquiais e capelas públicas se realizassem orações públicas e solenes diante do sacrário durante três dias seguidos. Sublinha a necessidade de os párocos e capelães exortarem também o povo a devoções em suas casas. Acrescenta, «... numa palavra, é preciso orar e orar muito».<sup>39</sup>

Retoma esta perspectiva numa circular com data de 10 de Outubro,<sup>40</sup> ainda que nesta última fale já na importância de se recomendar aos crentes a prática dos meios higiénicos que a experiência e a ciência aconselham nessas circunstâncias.<sup>41</sup> Assim, dirigindo-se ao clero, e especialmente aos párocos, insta-lhes a que se mantenham no seu «posto de caridade e honra», acudindo com «promptidão, boa vontade e dedicação» a todos os que necessitassem do seu ministério, referindo o escândalo que seria haver deserções num momento como o que se vivia.<sup>42</sup>

<sup>38</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano v, n.º 4, de 1 de Outubro de 1918, 70-71.

<sup>39</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano v, n.º 4, de 1 de Outubro de 1918, 71.

<sup>40</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano v, n.º 6, de 1 de Novembro de 1918, 104.

<sup>41</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano v, n.º 6, de 1 de Novembro de 1918, 106

<sup>42</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano v, n.º 6, de 1 de Novembro de 1918, 104.

Lembra que, como «homens de Deus» «cheios de espírito», cabe ao clero sacrificar-se pelos fiéis para que o povo, no meio de tantas calamidades e sofrimento, pudesse dizer «com consolação e alegria – «tudo nos abandona e tudo se foi, mas ficaram-nos os nossos padres!» Devia fazer-se ver ao povo como a doença, o sofrimento e as tribulações são fruto do pecado, mas também ver nos «desígnios amoráveis do Senhor, meios de salvação e provações da virtude, quando devidamente aproveitados!»<sup>43</sup>

Afirma que a sociedade moderna se teria afastado de Cristo, e que a adoração da carne nunca antes havia tomado tamanhas proporções, pois «uma vida molle, sensual e pagã é o que vê por toda a parte». Deus não poderia perdoar a quem o afrontava da sua justiça pois não havia menos pecados, uma maior frequência dos templos, maior oração, mortificação e penitência. Refere ainda a falta de fé e bom senso, o desprezo pelas leis da justiça, as blasfémias, as profanações ao matrimónio.<sup>44</sup>

Neste sentido, apela a que o povo se volte para o Senhor se quer receber a sua salvação, pois dada a indiferença religiosa que já começava a ver-se o flagelo era já por si um grande castigo. Retoma as recomendações da anterior circular quanto à necessidade de oração e ordena que a colecta *pro pace* feita na missa passe a ser substituída pela oração *pro vitanda mortalitate* (como o bispo da Guarda em circular com a mesma data).<sup>45</sup>

O vigário-geral da diocese de Leiria afirma, por sua vez, que «[...] o carácter assustador que está tomando por toda a parte a terrível epidemia da gripe pneumónica preocupa as atenções de todos os que se interessam pelo bem da sociedade. Os que, como nós, vêm neste flagelo o castigo de Deus sobre as prevaricações dos homens, reconhecem a imperiosa necessidade de invocar a Sua Misericórdia.»<sup>46</sup>

Como acabamos de ver, os tipos de explicação propostos pela Igreja conjugam explicações naturais e sobrenaturais.<sup>47</sup> As primeiras assentam no saber médico e higienista, que se procura fazer chegar às populações, assumindo a Igreja um papel de intermediário, o que demonstrava, aliás, que continuava a ser uma instituição social relevante. Mas era um papel

---

<sup>43</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano v, n.º 6, de 1 de Novembro de 1918, 105.

<sup>44</sup> *Boletim da Diocese do Porto*, ano v, n.º 6, de 1 de Novembro de 1918, 105-106.

<sup>45</sup> *Boletim da Diocese da Guarda*, ano v, n.º 6, de Novembro de 1918. A colecta era a favor da paz e a oração era especificamente dedicada às epidemias.

<sup>46</sup> Vigário-geral da diocese de Leiria, in *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 25 de Outubro de 1918.

<sup>47</sup> A divisão das causas em «naturais» e «sobrenaturais» encontra-se em Paul Slack (2005 [1985], 22-36).

em que a instituição eclesial surgia como uma colaboradora dos agentes políticos e sanitários e divulgava procedimentos que não eram do seu foro, reconhecendo a importância do saber científico da biomedicina. A interpretação sobrenatural conferia à Igreja a primazia, enquanto representante da divindade no mundo, apta a interpretar a sua vontade e a única com capacidade e legitimidade para aplacar a sua ira através de práticas rituais apropriadas.

As alusões ao mal como «castigo de Deus» foram, por certo, actualizadas para o contexto histórico português, sem qualquer dissimulação. Como se escreveu com explícitas referências a figuras simbólicas do *Apocalipse de S. João* – o que é bem elucidativo da imagem que se queria transmitir do regime republicano e das consequências das suas acções – na importante publicação *Vida Católica*: «o sangue que as revoluções e os atentados têm feito correr no nosso País, os crimes contra a religião e os seus ministros [...] pelos quais nós temos merecido o grande castigo da peste, da fome e da guerra». <sup>48</sup>

Como lembra o historiador da medicina Charles Rosenberg, «aceitar a existência de uma epidemia implica – e em certo sentido exige – a criação de um esquema explicativo que permita lidar com a sua arbitrariedade chocante» (Rosenberg 1992a, 282). A Igreja católica em Portugal fez isso, sem ter criado nada de novo. As explicações que produziu sobre a pandemia que acabámos de referir possuem uma genealogia. Dado a explicação sobrenatural ser um exclusivo seu, iremos debruçar-nos seguidamente sobre ela.

## Antiguidade e ubiquidade da representação da doença como punição divina

A explicação da doença como punição divina é antiga. De acordo com Susan Sontag, «a ideia de doença como castigo é a mais antiga de todas

---

<sup>48</sup> *Vida Católica*, ano IV, n.º 77, 5 de Novembro de 1918. «Que Deus nos acuda e nos faça abrir os olhos à sua divina Lei que por ser tão desprezada tantos castigos estamos recebendo como a fome, a guerra e peste», reitera-se poucos dias depois em *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 11 de Novembro de 1918. A fome, a peste e a guerra costumam estar associadas simbolicamente aos cavaleiros do Apocalipse, texto sagrado em que se anuncia o Juízo Final. Cf. *Apocalipse de S. João*, in *Bíblia Sagrada*, 1959, 1479-1498. A fome, a peste e a guerra são invocadas recorrentemente como castigo de Deus, como se vê pelas palavras proferidas por um arcebispo de Évora em finais do século XVI a propósito da peste que então afligiu a cidade (Abreu 2009).



as explicações de doenças» (Sontag 2007 [1977], 112-113). Para Roy Porter ela encontra-se no mito grego de Pandora, que pôs fim à Idade do Ouro da humanidade, quando esta vivia liberta da necessidade do trabalho, da doença e de outros males. Desobedecendo aos deuses, Pandora, a primeira mulher, abriu a caixa que trouxera consigo quando casou com Epimeteu, e ao abri-la libertou diversos males, como a necessidade de trabalhar, a velhice e a doença. Este tipo de explicação encontra-se também na matriz da cultura judaico-cristã, pois logo no *Génese* explica-se a origem do sofrimento, da doença e da morte como punição pelo pecado original da desobediência de Adão e Eva (*Génese*, 1959, 21-22). Outros textos do Antigo Testamento apresentam as calamidades como produto da ira de um deus agastado (Delumeau 1978, 136; Werner, Werner e Goetschel, 1999, 109). A ligação entre pecado e a sua punição pela doença encontra-se enunciada ainda em outros textos sagrados (Porter 1999, 14; LaCocque 2005 [1987]).

Embora as explicações naturais da doença sejam também elas antigas e tenham acompanhado as de teor sobrenatural (Sontag 2007 [1977], 39 e 42), para o historiador Charles Rosenberg durante a maior parte dos séculos passados os esquemas interpretativos das **epidemias** (a ênfase é da nossa responsabilidade) tiveram um carácter moral, sendo estas interpretadas no contexto das relações entre Deus e o homem. Só posteriormente se adoptaram outras explicações: «as irrupções súbitas de doenças mortíferas eram epifenómenos, lembretes violentos de realidades mais fundamentais. Todavia, pelo menos desde o século XVI, tais pressupostos espirituais têm sempre coexistido com modos mais seculares e mecanicistas de explicação que têm vindo a adquirir uma força crescente» (Rosenberg 1992b, 283).

A Igreja cristã iria retomar a explicação sobrenatural cujos fundamentos se encontram, por um lado, na ideia de onipotência divina e, por outro, na de uma justa retribuição devida ao pecado cometido contra a divindade. Ela surge de modo recorrente como explicação para episódios de peste ou de cólera no Ocidente entre os séculos XIV e XIX, sendo comum a católicos e a protestantes (Delumeau 1978, 129-137), para a peste na Inglaterra dos Tudor e dos Stuart (Slack 2005 [1985]), e para múltiplas doenças – peste, varíola, cólera, sífilis, gripe, sida – em distintos contextos históricos (Ujvari 2003; Werner, Werner e Goetschel, 1999, 112-113 e 126-127). E tal explicação não se reportava apenas à doença, mas mais especificamente às epidemias, onde aparece de modo constante. A acção de uma divindade que, como o mostra em múltiplas partes a Bíblia, pune os pecados cometidos contra os preceitos que havia insti-

tuído, é invocada para explicar catástrofes como a fome, a penúria, inundações ou terremotos.<sup>49</sup>

Não se pense que esse tipo de explicações se restringe ao mundo cristão, pois estas seriam semelhantes no mundo muçulmano, com algumas diferenças (Delumeau 1978, 137; Werner, Werner e Goetschel 1999, 125-126). A relação entre a doença e o mal, aliás, é mais ampla do que esta referência específica à doença como castigo da divindade (Werner, Werner e Goetschel 1999, 106-108). Em África houve respostas específicas a doenças – entre as quais a gripe – determinadas pela religiosidade (africana, islâmica e a cristã, esta dividida por várias denominações religiosas). A influenza, especificamente, terá vindo pôr em causa o poder da medicina colonial e revelou percepções da doença antagónicas entre confissões cristãs em concorrência. No Sul da África, enquanto a Igreja anglicana defendia que esta era uma calamidade inteiramente natural, as Igrejas afrikaans (bóeres) interpretavam a epidemia como um castigo divino contra o capitalismo colonial britânico – que derrotara os bóeres em princípios do século – por causa do seu materialismo e do seu culto da ciência. Entre os africanos esteve ligada a movimentos proféticos, hostis à biomedicina, e que propunham a purificação das suas sociedades entre expectativas milenaristas colocadas na vinda do Espírito Santo (Ranger 1992).

O recurso à explicação como «castigo de Deus» em Portugal ecoa posturas idênticas da Igreja católica em outros países afectados pela epidemia onde ela era a principal confissão religiosa, como em Espanha (Echeverri Dávila 1993, 11-12 e 146). No Brasil também essa explicação foi invocada (Silveira 2007, 57-59), aliás tanto por católicos como por protestantes (Bertucci 2004, 243-244). Por isso, sem menosprezar o peso específico da conjuntura, que permite à Igreja em Portugal encontrar responsáveis pelo desencadear da ira divina no contexto português, deve entender-se que esta explicação transcende as circunstâncias nacionais, inscrevendo-se numa

---

<sup>49</sup> V. a este respeito Thomas (1983 [1971], 96-103). Ver, sobre as explicações do terramoto de Lisboa como «castigo de Deus», Lima (2008). Em 2006, o pregador evangélico Pat Robertson atribuiu o ataque cardíaco que atingiu o então primeiro-ministro israelita a um castigo de Deus, por ter retirado da faixa de Gaza, o que seria contrário aos preceitos divinos revelados na Bíblia; fonte: <http://www.cbsnews.com/stories/2006/01/05/ap/national/mainD8EUP88GB.shtml>, acessido a 12-6-2009. O padre Gerhard Marie Wagner teve de renunciar à nomeação como bispo pelo papa Bento XVI, devido às suas declarações controversas, como a de que o furacão Kathrina que se abateu sobre Nova Orleães era um «castigo de Deus» que assim punia os pecados da cidade; fonte: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7892198.stm>, acessido a 12-6-2009.

denúncia mais ampla da «falta da religião» e do «materialismo» (Silveira 2007, 201).<sup>50</sup> Gente situada no que hoje se chamaria a direita religiosa acreditava que a pandemia era uma praga bíblica enviada por Deus para aniquilar a humanidade antes da sua segunda vinda à terra e do Juízo Final (e do estabelecimento do Reino de Deus na Terra). Nos Estados Unidos da América, na região chamada da «cintura bíblica» (*bible belt*), no Sul-Sudeste, a pandemia foi tida por protestantes evangélicos socialmente conservadores como uma punição pela imoralidade dos homens (Quinn 2008, 142-143).

Deve, no entanto, assinalar-se que, embora se insista sistematicamente em apontar o castigo de Deus como detonador das epidemias, ou o pecado como causa da doença, na Igreja cristã, melhor nas Igrejas cristãs – na sequência própria da tradição judaica – nunca se pôs de lado a existência de outras causas, mesmo que à vontade divina tudo estivesse submetido, pois ela era a causa última. De facto, na sua trajectória histórica, no seio da mesma instituição religiosa, que insistia no castigo, mencionava-se serem a medicina e os médicos uma bênção de Deus, origem de toda a sabedoria, incluindo o saber médico. Fora a Igreja que preservava o saber médico greco-romano na Alta Idade Média, estivera envolvida na criação de hospícios, mais tarde hospitais, para pobres e doentes, chegando a medicina a ser praticada por clérigos (Amundsen 1996, 127-221). Como se asseverou para começos da época moderna na Europa e num país protestante (século XVI), acreditava-se numa multiplicidade e pluralidade de explicações para a doença, desde o castigo de Deus pelo pecado às causalidades atribuídas pela medicina galénica (Thomas 1997, 17-18) ou, como se asseverou para os Estados Unidos do século XIX – a propósito da cólera –, a maioria dos pensadores religiosos combinava a explicação pelo castigo de Deus com a agência de causas naturais (Rosenberg 1987 [1962], 45 e 129-130).<sup>51</sup> Pelos extractos do seu discurso que antes transcrevemos, vemos como a Igreja portuguesa combinou, por altura

---

<sup>50</sup> No seu carácter lato, estas denúncias do *materialismo* devem entender-se como cobrindo domínios que vão desde a exaltação de bens materiais e da riqueza em termos económicos e como valores que norteiam a existência humana, até explicações científicas da vida natural e social que tão importantes se haviam tornado nas décadas que precedem a epidemia, aparecendo como alternativas à moral cristã e às explicações providencialistas. V. a este respeito Hayes (1963 [1941]), em particular os capítulos III e IV.

<sup>51</sup> A multiplicação e associação da causalidade das doenças – de ordem transcendente, socioeconómica, de matriz relacional... – encontra-se em muitos outros sujeitos sociais, combinando dados de matriz distinta, como a tradição cultural, a crença religiosa ou a ciência médica. V., como exemplo, uma análise de concepções populares em Minayo (1988).

da gripe, a aceitação dos diagnósticos da ciência médica e as prescrições sanitárias com a explicação sobrenatural e, embora não tenhamos analisado a relação entre a mesma e o ensino científico na época, sabe-se que, por exemplo, a Igreja católica – a mesma Igreja que rejeitara o liberalismo, o naturalismo, etc. – aceitara a «revolução pasteuriana», «que identificara o ‘germe específico’ das doenças epidémicas». Do mesmo modo, a Igreja assume, através das ordens religiosas voltadas para a enfermagem, um importante – e polémico – papel sanitário, a partir da segunda metade do século XIX, inclusivamente em Portugal.<sup>52</sup>

Se, como mostrámos, o recurso à explicação pela punição divina nada tinha de novo, antes pelo contrário, o reportório para lidar com o flagelo era igualmente o tradicional. Se a doença é um castigo, e também uma provação, que põe à prova a submissão dos doentes à vontade divina, ela é redimível pela expiação e pela reparação das ofensas, da parte dos pecadores (Bertucci 2004, 243; Silveira 2007, 197). Trata-se de dar mostras de arrependimento, procurando assim aplacar a ira da divindade que se manifestou através da epidemia e restaurar as boas relações com o sobrenatural, interrompidas pelos males enunciados. Por isso, multiplicam-se os rituais de penitência, nomeadamente as procissões públicas.<sup>53</sup> Assim se explica a determinação pelo patriarca da realização de preces por três dias – a 17, 18 e 19 de Novembro – na catedral da cidade de Lisboa, com exposição do Santíssimo Sacramento e a decisão de se proceder a procissões de penitência.<sup>54</sup> Em Lisboa, *O Século* noticia a procissão do Senhor dos Passos da Graça. Porventura por se tratar de uma cidade onde a influência republicana e anticlerical é forte, a procissão é curta. Limita-se na prática a sair e dar uma volta à igreja, voltando a entrar. Mas entre os participantes é notória a presença de membros dos grupos mais afectos à Igreja e ao sidonismo. Há dois titulares (um visconde e um conde) e vários outros aristocratas: o provedor da Irmandade era o marquês de Borba.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Aceitara por razões que não cabe aqui aprofundar (Werner, Werner e Goetschel 1999, 128-129), como também não há aqui espaço para lidar com a problemática mais ampla das relações entre o catolicismo e a ciência.

<sup>53</sup> Aliás, arrependimento e penitência estão ligados na matriz. Diga-se de passagem que, embora enraizadas na tradição judaico-cristã que enforma a cultura ocidental, atitudes deste teor não são um traço específico desta, encontrando-se em sociedades não cristãs da África e da América (Aune 2005 [1987], 7755-7760). O arrependimento faz parte do que este mesmo autor designa como «técnicas religiosas de restauro», como a confissão ou o sacrifício, «cujas funções são objectivar e rectificar a causa da relação quebrada», no discurso da Igreja da época os atentados feitos contra a religião, o materialismo reinante, etc.

<sup>54</sup> *O Século*, 16 de Outubro de 1918.

<sup>55</sup> *O Século*, 28 de Outubro de 1918.

Posteriormente aparecerá a notícia da celebração em Lisboa de uma «festa» em honra de S. Sebastião, mas esta é realizada na capela de um particular, com missa cantada, a grande instrumental, sermão e procissão.<sup>56</sup> Parece haver uma restrição visível quanto a exposições públicas religiosas na capital.

As manifestações de penitência multiplicam-se pelo país, a aceitar o testemunho da imprensa católica. Em Leiria, o semanário católico local proporciona-nos uma ampla visão, autocongratatória, das cerimónias religiosas. São mencionadas orações e missas específicas – como a *pro tempore pestilentiae* – e múltiplas procissões de penitência, por toda a área do distrito. Em Porto de Mós sai uma procissão de penitência a 28 de Outubro, com as imagens de Nossa Senhora, S. Sebastião, da Virgem da Piedade e do Coração de Jesus, em que se retomam preces já vindas do tempo das epidemias de cólera – que grassaram por diversas vezes em Portugal no século XIX – como a seguinte, entoada pela assistência: «Pelas vossas chagas/Pela vossa cruz/Livrae-nos da Peste/Oh Divino Jesus».<sup>57</sup>

A mesma fonte revela existir em Portugal, à semelhança do sucedido no Brasil, o recurso a um amplo número de intercessores com o divino – os santos, Maria – para auxiliar os humanos a reconciliar-se com a divindade.<sup>58</sup> São invocados os santos especialistas antipestilenciais, como S. Sebastião, em Porto de Mós, «para implorar da Misericórdia Divina a cessação do terrível flagelo que assola o país e já invadiu este concelho».<sup>59</sup> E um grande número deles, quer os padroeiros locais, quer Cristo, quer a Virgem, essa «generalista», invocável para todo e qualquer mal (Lebrun citado por Silveira 2007, 197). Aos atrás nomeados podem juntar-se a Senhora da Encarnação, a Rainha Santa (Isabel), padroeira de uma deter-

---

<sup>56</sup> *O Século*, 13 de Novembro de 1918. S. Sebastião, cujo culto se devia ao facto de se lhe atribuir a sobrevivência a um primeiro martírio, terá sido evocado pela primeira vez a propósito da peste no século VI. O seu culto desenvolveu-se a partir da Peste Negra (Werner, Werner e Goetschel 1999, 119).

<sup>57</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 1 de Novembro de 1918.

<sup>58</sup> O culto dos santos – e das relíquias – emerge na Alta Idade Média, como algo mais próximo dos crentes, cujos lugares de culto eram fonte de esperança e teriam substituído antigas práticas pagãs na busca de uma cura milagrosa (Asmundsen 1996, 191). A Virgem teria sido a primeira a ser invocada a propósito de uma epidemia de peste no século VI (Werner, Werner e Goetschel 1999, 118).

<sup>59</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 25 de Outubro de 1918. Mas não um santo antipestilencial como S. Roque, como no Brasil (Silveira 2007, 197), porventura por o seu culto estar associado aos Jesuítas, que haviam sido de novo expulsos com a República e cujo templo absorvera a ermida que lhe era dedicada em Lisboa, e que permaneceu sob a sua invocação.

minada localidade, o Senhor Morto, Santo António, a Senhora da Soledade, Nossa Senhora da Saúde.<sup>60</sup>

Este contexto generalizado de aflição dos devotos católicos deve ser tido em conta para explicar o sucesso inicial das aparições marianas de Fátima, que têm lugar em 1917. Embora anteriores à pneumónica, contêm abundantes referências à cura de doenças, aliás algo tão comum no Portugal da época, afligido da tuberculose, da varíola, do tifo exantemático e de muitas outras, que só passaram a segundo plano durante os momentos mais fortes do surto de gripe.<sup>61</sup> E a Virgem de Fátima é explicitamente nomeada como agente da cura de quem se pensava já estar atingido irremediavelmente pela pandemia. Como se relembra numa notícia proveniente da Benedita, a propósito de um padre que para aí fora para assistir aos últimos momentos de um irmão e da cunhada «que graças à Senhora da Fátima a quem promessas foram feitas com fervor, vão em vias de restabelecimento...»<sup>62</sup> Era o começo de um enorme sucesso, que viria colocar num plano secundário as outras invocações marianas e o culto dos santos em geral em Portugal.

## Fontes

*Vida Católica.*

*O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria.*

*Boletim da Diocese do Porto.*

*Genesis.* 1959. In *Bíblia Sagrada.* S. Paulo: Edições Paulinas.

*Apocalipse de S. João.* 1959. In *Bíblia Sagrada.* S. Paulo: Edições Paulinas.

<http://www.cbsnews.com/stories/2006/01/05/ap/national/mainD8EUP88GB.shtml>, acessido a 12-6-2009.

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7892198.stm>.

---

<sup>60</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 6 de Novembro de 1918, 8 de Novembro de 1918 e 6 de Dezembro de 1918.

<sup>61</sup> Como se sabe, duas das três crianças morreram pouco depois da revelação das aparições, Francisco a 4 de Abril de 1919, Jacinta a 20 de Fevereiro de 1919. O diagnóstico é a «pneumónica». V. Freire (1992 e 1999). Agradecem-se as informações a Pedro Pereira.

<sup>62</sup> *O Mensageiro: Órgão dos Católicos do Distrito de Leiria*, 16 de Novembro de 1918.